

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.741 - SP (2019/0014653-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : DENIS ATANAZIO - SP229058  
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -  
PE023748  
**RECORRIDO** : JOAO MARCHOTO SANTANA  
**RECORRIDO** : MARGARIDA LUCIA DA SILVA  
**RECORRIDO** : GERUZA PEREIRA DA SILVA  
**RECORRIDO** : ANA PAULA DOS SANTOS  
**RECORRIDO** : ALINE CRISTINA GUIMARAES PALAZZI  
**ADVOGADO** : MARIA GABRIELA RAMOS HAACKE - SP383645

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. SEGURO HABITACIONAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REQUISITOS CONFIGURADOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DESPROVIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS em face de acórdão do TJSP, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO Seguro Habitacional Arguição de litisconsórcio passivo necessário Indeferimento - Não previsão no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015- Prescrição - Alegação que depende da dilação probatória - Inexistência de prévia comunicação do sinistro à seguradora que não autoriza a recusa do pagamento da indenização - Não havendo vínculo ao FCVS, aplica-se a legislação consumerista às relações regidas pelo SFH, inclusive aos contratos de seguro habitacional delas decorrentes, admitindo a inversão do ônus da prova - Recurso desprovido na parte conhecida. (fl. 179)*

No recurso especial, interposto com fundamento na alínea *a* do

permissivo constitucional, a recorrente apontou ofensa aos seguintes dispositivos:

(I) art. 206, §1º, II, do Código Civil, porquanto (a) o prazo prescricional a ser aplicado, no caso, é o ânno, uma vez que se trata de pedido de pagamento de indenização securitária e o mutuário do financiamento habitacional é o segurado. (b) ainda que se considerasse para as ações de indenização por danos de vícios de construção o prazo vintenário (para os contratos celebrados até 11.01.1993) ou decenal (para os contratos celebrados após 11.01.1993), conforme as regras de direito intertemporal do art. 2.028 do CC, ainda assim teria ocorrido a prescrição;

(II) art. 6º, VIII, do CDC, visto que (a) a inversão do ônus da prova não é automática, devendo estar presentes os requisitos da verossimilhança das alegações, o que não está; (b) a recorrida se insurge contra supostos vícios em seu imóvel decorrente da construção, sendo que o contrato de seguro não ofertou cobertura para vícios construtivos, cabendo à recorrida comprovar a regularidade das construções e ausência de sinistro, não tendo, em todos esses anos, sequer comunicado administrativamente do sinistro;

(III) art. 458 do Código Civil, em razão de a aplicação do CDC vir de encontro à natureza jurídica dos contratos aleatórios. Aduziu, a inaplicabilidade do CDC a hipótese dos autos, haja vista a inexistência de responsabilidade da ré com a construção do imóvel, atividade que não é do seu mister, nem tampouco seguiu as obras de edificação.

Referiu que "o vício é intrínseco à construção existindo antes da assinatura do contrato, portanto, não se pode falar em álea, haja vista que não se trata de evento futuro e incerto. Assim, ainda que o imóvel estivesse com alguma ameaça, a responsabilidade seria exclusiva do construtor, não se podendo jamais responsabilizar a Seguradora por evento que não era incerto, uma vez que em havendo erro na construção o dano se exteriorizaria inevitavelmente" (fl. 193).

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 199/216.

É o relatório.

Passo a decidir.

Não merece acolhida a irresignação recursal.

Registre-se, inicialmente, que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Ausente o prequestionamento da matéria relativa aos arts. 206, §1º, II, e 458 do Código Civil, porquanto não apreciada pelo julgado recorrido, inviável o seu conhecimento nesta sede, nos termos das Súmulas 282 e 356/STF. Importante destacar que a parte sequer opôs embargos de declaração com vistas a prequestionar a matéria deduzida em suas razões recursais.

Ressalto que o Tribunal de origem não chegou a apreciar a questão relativa ao prazo prescricional aplicável a espécie, limitando-se a afirmar que a alegação de prescrição depende de dilação probatória, "para verificação se houve ou não comunicação do sinistro e sua necessidade e da data de quando se pode contar o lapso prescricional, por serem os danos contínuos e permanentes" (fl. 180). Ainda mais quando a questão está sendo discutida em sede de agravo de instrumento.

Noutro passo, é assente na jurisprudência deste Superior Tribunal a incidência do Código de Defesa do Consumidor aos contratos firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, bem como a possibilidade da inversão do ônus da prova. Nesse sentido: AgRg no AREsp 189.388/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2012, DJe 23/10/2012; AgRg no AREsp 388.822/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe

12/12/2014, AgRg no REsp 1223685/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013.

Outrossim, é pacífico o entendimento desta e. Corte Superior de que a discussão quanto à inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, demanda necessariamente a reavaliação de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Neste sentido, cito os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NECESSIDADE DE REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.*

*1. O art. 6º, VIII, do CDC inclui no rol dos direitos básicos do consumidor "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências". Precedente: REsp 773.171/RN, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 20/8/2009, DJe 15/12/2009.*

*2. No caso, em que se busca reparação por danos morais decorrente da inserção do nome de consumidor no cadastro de inadimplentes, o Tribunal de origem concluiu pela inviabilidade de inversão do ônus da prova, tendo em vista não haver prova mínima que sustente as alegações autorais.*

*3. Para reformar o aresto prolatado pela Instância regional, seria necessária análise profunda dos fatos e das provas carreados aos autos. A revisão de acórdão que exige perquirir o acervo fático-probatório dos autos, como na espécie em análise, não pode ser feita pelo STJ, no recurso especial. Inteligência da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 227.012/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe 26/10/2012 - grifou-se).*

**Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial para, nesta parte, negar-lhe provimento.**

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

